

Na Constituição Federal de 1988, dentre os inúmeros direitos garantidos, o acesso à cultura e ao lazer são fundamentais na formação socioeducacional dos brasileiros. No entanto, essa legislação é constantemente violada quando se analisa a falta de democratização do acesso aos ambientes culturais, sobretudo ao cinema. Isso ocorre pois há persistência e aprofundamento das desigualdades socioeconômicas no Brasil.

Em primeiro lugar, o cinema é extremamente importante para a construção cultural e educacional dos brasileiros. Nesse sentido, obras cinematográficas, "Coringa" por exemplo, têm um grande poder de ampliar a criticidade da população, haja vista que preconceitos são desconstruídos e sentimentos, como compaixão e respeito, são edificados. Por esse prisma, a "7ª arte" é uma ferramenta fundamental para o desenvolvimento da maioria que, de acordo com o filósofo Immanuel Kant, é o estado no qual o indivíduo possui autonomia intelectual e consciência social. Com isso, a ampliação do acesso às salas de cinema se faz importante no aprofundamento da criticidade e maioria da população brasileira.

Em contrapartida, o consumo de obras cinematográficas é uma prática cultural e de lazer restrita, infelizmente, às classes mais favorecidas economicamente. Nesse ínterim, com base no IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), mais da metade das famílias brasileiras possuem uma renda inferior a 1,5 salário mínimo. Por essa razão, com tão pouco dinheiro, essas instituições priorizam a segurança habitacional e alimentar dos seus integrantes, sendo, portanto, descartadas as opções de lazer e cultura. Além disso, a questão da mobilidade é um dos fatores que dificultam a democratização da "sétima arte" no Brasil, já que os cinemas, geralmente, estão localizados nos shoppings centers e estes, por sua vez, em localidades nobres e distantes da periferia da cidade. Por isso, as salas de cinema são inacessíveis não só pelo fator financeiro, mas também pela questão da acessibilidade física.

Em síntese, o acesso à cultura cinematográfica é um direito constitucional e extremamente benéfico para a formação socioeducacional brasileira, mas é pouco democratizado para os indivíduos de maior vulnerabilidade socioeconômica. A esse respeito, cabe ao Senado Federal, por meio de um projeto de emenda constitucional, propor a criação do "Brasil Mais Cultura". Este benefício social permitirá o acesso gratuito, mensalmente, de famílias cadastradas no "Bolsa Família" aos cinemas, além de oferecer vales transporte e refeição para deslocamentos e alimentação. Feito isso, a democracia cultural mudará o filme brasileiro.